

24 AGO 1987

A economia em compasso de espera

Economia Brasil

Agosto é um mês decisivo para a política econômica, a julgar pelos resultados observados desde a decretação do último congelamento de preços. O governo, que vem mantendo discurso moderadamente otimista a respeito das perspectivas de curto prazo, está ciente de que sua margem de manobra é estreita e de que qualquer desliz pode ser fatal, propiciando o retorno acelerado da inflação.

Julho foi um mês atípico. Ainda que as autoridades tenham anunciado oficialmente um índice de inflação relativamente baixo, a percepção do mercado (empresários e consumidores) não coincide com esta avaliação. Ademais, a triste rotina das alterações metodológicas no cálculo da inflação fez que pouca importância fosse atribuída ao número referente ao mês passado. As atenções concentraram-se na taxa de juro, que assumiu o papel do indicador menos incerto a curto prazo, paralelamente à taxa de câmbio.

Se as vendas no comércio varejista acusaram pequena melhora em julho, não há indicações, por enquanto, de que o fenómeno venha a se repetir no corrente mês. Para os empresários, o episódio do mês pas-

sado apenas atenuou marcada tendência recessiva, vigente desde o início do ano. Na área industrial, é agora que maiores sinais de inquietação podem surgir, uma vez que este setor não é o primeiro a evidenciar dificuldades conjunturais, e sim o comércio. Se esse encontra hoje dificuldades para colocar seus estoques, a produção não dispõe de estímulos para recompô-los e tampouco para deixar de reduzir seu ritmo de atividade e o nível correspondente de emprego.

O governo deve preparar-se para enfrentar sério problema, qual seja, a pressão dos preços atingidos negativamente pelo congelamento. Soa ingênuo, por parte das autoridades, dizer que o descongelamento poderá ser processado sutilmente, para não dizer de modo imperceptível, como se empresas e consumidores individuais não tivessem meios e capacidade de apurar remarcações, autorizadas ou não. Não há rigorosamente nada de diferente entre este descongelamento e o anterior, feita a ressalva de que a economia já está em recessão. O fato de algumas empresas se disporem a pagar resíduos salariais antecipadamente não denota nada mais do que a mera necessida-

de de evitar uma corrosão adicional da demanda por parte da inflação.

É neste cenário que o governo deverá tentar adequar a administração da moeda e da liquidez. A intenção é trabalhar com uma política monetária relativamente restritiva, a exemplo do que tem sido feito ultimamente, procurando-se manter a taxa de juro positiva ainda que isso frustre, mesmo moderadamente, a expectativa de uma retomada sob controle. O problema, contudo, não advém dos consumidores e das empresas, mas da pressão do déficit público, cujo financiamento ainda não foi devidamente equacionado para o presente exercício.

Na decretação do congelamento, o governo repetiu o velho truque de reajustar os preços do setor público, enquanto impedia sua absorção pelos consumidores finais. A estratégia de defesa adotada pelo setor privado tende a ser, automaticamente, a redução da produção ou a tentativa de repasse dos aumentos de custos, uma vez sacramentado o descongelamento. A corrida entre preços públicos e privados pode, inclusive, forçar o governo a mudar a regra salarial, como ele mesmo já admitiu em mais de uma ocasião.

O que se nota, na realidade, é que a reiteração de congelamentos de preços não elimina os focos de tensão inflacionária de natureza outra que a inercial. Talvez isso demonstre que a indexação não é a primeira responsável pela inflação, contrariamente ao que apregoam os partidários da suposta heterodoxia acadêmica. É por demais evidente que o fracasso de sucessivos congelamentos acaba institucionalizando a expectativa de futuros choques do gênero, numa rotina que desgasta a capacidade de poupança e de investimento da economia. Não será a partir do setor externo (demanda de exportações) que advirá o motor do crescimento econômico, por mais realista que seja a política cambial ou a renegociação da dívida, mesmo porque o protecionismo reinante no mercado internacional não autoriza tal expectativa. O Brasil pode até produzir adequados superávits comerciais, sem que isso signifique a redenção de todos os males da economia. Note-se, finalmente, que nem mesmo existem definições suficientemente claras quanto à estratégia externa do governo. Ou seja, temos um longo caminho a percorrer até alcançar a decantada estabilidade associada ao crescimento.